



A MENTE AFETIVA E A LEITURA DA FICÇÃO *

The Affective Mind and the Reading of Fiction

Pedro Ramos Dolabela Chagas **

Resumo: O artigo propõe elencar os elementos materiais e os processos mentais interrelacionados na afetivização da leitura de um texto narrativo de ficção. A partir de proposições da pragmática linguística, a materialidade do texto é descrita como uma estrutura de comunicação com o leitor; em diálogo com a narratologia baseada em teorias de mundos possíveis, os efeitos dessa comunicação são descritos como o estímulo ao conhecimento e interpretação e mundos ficcionais e enredos singulares. Quanto aos processos mentais estimulados pela leitura, parte-se da teoria da consciência de Michael Graziano para situar a semiose dos símbolos linguísticos como um processo basilar de afetivização, que leva, num grau ascendente de complexidade, à interpretação dos estados mentais, à moralização das ações e à enação dos estados conscientes dos personagens, que predominam nos estágios conscientes da relação afetiva com o texto. Como resultado, tem-se um modelo global preliminar, a ser lapidado posteriormente.

Palavras-chave: Mente afetiva. Leitura da ficção. Folk psychology. Cognição corporificada.

Abstract: The article describes the material elements and mental processes interrelated in the affectivisation of the reading process of a fictional narrative. Based on linguistic pragmatics, the text is materially described as a structure of communication with the reader; in dialogue with narratology based on theories of possible worlds, the effects of this communication are described as a source of stimulus to the knowledge and interpretation of plots and fictional worlds.

* Artigo recebido em 19.10.2024 e aprovado para publicação em 19.11.2024.

** Doutor em Estética e Filosofia da Arte. Professor Adjunto do Departamento de Literatura e Linguística da Universidade Federal do Paraná (UFPR). e-mail: dolabelachagas@gmail.com

Regarding the mental processes stimulated by reading, Michael Graziano's theory of consciousness is used to situate the semiosis of linguistic symbols as a basic process of affectivisation, which leads, in an ascending degree of complexity, to the interpretation of mental states, to the moralisation of actions and to the enaction of the conscious states of the characters, which dominate the conscious stages of the affective relationship with the text. The result is a preliminary global model, to be refined later.

Keywords: Affective mind. Fiction reading. Folk psychology. Embodied cognition.

Introdução

Como a leitura da narrativa de ficção é afetivizada: é o tema deste artigo. Várias estruturas e níveis de análise estão implicados no processo, cujo acontecimento é predominantemente infraconsciente. Situar sua emergência num nível mental pré-consciente é de fato o interesse central da minha proposta, que visa indicar os elementos materiais e os processos mentais implicados na afetivização da leitura, mostrando como eles se articulam numa escala ascendente de complexidade – dos processos atencionais do leitor à materialidade do texto, aos efeitos conscientes, altamente culturalizados (e frequentemente moralizados), provocados pela relação que ele estabelece com o mundo ficcional. Nesses termos, a proposição do modelo, com a identificação dos elementos e processos que ele tipicamente articula, é mais importante que os autores e teorias selecionados para fundamentá-lo: se é certo que eu acredito na pertinência dos autores e proposições escolhidos, é possível postular que outros nomes e ideias serviriam a um propósito semelhante. Feita a ressalva, passo à antecipação do percurso.

Meu modelo é radicado na teoria da consciência de Michael Graziano, que permite situar a afetivização nos processos atencionais pelos quais o leitor compreende a estória, e pelos quais os estados conscientes motivados pela experiência do texto são eventualmente estruturados. A afetivização emerge num estrato mental pré-consciente durante a experiência da leitura, passando a integrá-la em toda a sua extensão, orientando a relação do leitor com os entes ficcionais e estruturando suas reações emocionais a momentos pontuais do enredo, assim como o seu juízo qualitativo global sobre a própria experiência da leitura. Veremos que o leitor emprega vários esquemas mentais *top-down* no processamento de um texto que é, afinal, construído para orientar *bottom-up* os seus estados atencionais; entender essa via de mão dupla envolve compreender as implicações da materialidade do texto e da sua esquematização pelo leitor na efetivação de uma experiência pessoal de leitura.

Daí que este artigo se inicie com uma panorâmica da teoria da atenção de Graziano, que nos leva diretamente à condição infraconsciente da ma-

nipulação cerebral dos dados textuais. Para entender a composição desses elementos textuais, passamos a Lubomir Dolezel e à consideração do tipo de construção autoral que o leitor de ficção tipicamente processa ao passar a conhecer um mundo ficcional específico; logo na sequência, com Marie-Laure Ryan, veremos como enredos são articulados para o acompanhamento do leitor. Em seguida, discutiremos proposições recentes da pragmática linguística sobre os modos de comunicação do texto ficcional com o leitor, pensados como estratégias de apelo do texto a esquemas cognitivos que os autores pressupõem que os leitores sejam predispostos a aplicar.

Na sequência, com Paul Kockelman, Stephan Asma e Rami Gabriel, veremos como se articulam os processos semióticos e afetivos que estruturam a compreensão dos conteúdos da estória e a relação pessoal que o leitor estabelece com eles; nesse ponto, já estaremos na fronteira entre os níveis infraconsciente e consciente de experiência do texto. No passo seguinte, entramos mais claramente nos efeitos conscientes da leitura: com Daniel Hutto, Liza Zunshine e Jonathan Haidt, trataremos a *folk psychology* e a moralização como modos basilares de esquematização, pelo cérebro, dos dados da atenção como estados conscientes, estruturando o juízo do leitor sobre os personagens e suas ações, assim como a memória de longo prazo do leitor no acompanhamento do enredo. Com Marco Caracciolo, por fim, tratarei da imaginação corporificada, da simulação de experiência mental e corpórea e da enação dos estados conscientes dos personagens como efeitos importantes da afetivização da leitura, em suas consequências potenciais para o estabelecimento de laços de empatia com os personagens e para o próprio acompanhamento do enredo.

Algumas dessas considerações passarão rapidamente, outras tomarão mais espaço. Ao final, o objetivo é mapear os processos mentais e os fatos materiais implicados na afetivização da leitura, entendida como um fenômeno emergente. Começemos com Graziano.

1. Atenção, consciência

Sem recursos para processar tudo ao mesmo tempo, o cérebro utiliza estratégias – de “manipulação de dados” – para concentrar-se nalgumas informações, em detrimento de outras. Em cada momento há sinais em competição nas redes neuronais, e aqueles que adquirem potência suprimem os demais: segundo Graziano¹ a atenção ocorre quando um conjunto integrado de sinais ganha força e adquire saliência na mente individual. A força desses sinais pode ser impulsionada por um estímulo *bottom-up*

¹ GRAZIANO, M. *Consciousness and the Social Brain*. New York: Oxford University Press, 2013.

(um input sensorial externo ao organismo), ou *top-down* (quando o organismo mapeia a informação ambiental intencionalmente). Uma narrativa de ficção mobiliza estímulos *bottom-up* e *top-down*: informações textuais buscam orientar os processos atencionais do leitor, ao mesmo tempo em que o leitor se baseia em seus próprios esquemas mentais para se orientar no mundo ficcional e no acompanhamento do enredo.

No nível elementar, durante a leitura da ficção a atenção esquematiza a informação textual linha a linha, sob a orientação de princípios de relevância atribuídos pelo leitor (em maior ou menor atendimento a padrões autorais de ostensão de relevância), que levam à ordenação sequencial e hierárquica dos conteúdos, gerando dados que substanciam o conhecimento do mundo ficcional. Tipicamente esses dados são muitos, pois palavras e frases sucedem-se em quantidade e, em pouquíssimo tempo, o leitor se esquecerá de muita coisa que acabou de ler. Mas mesmo que a rapidez da leitura elimine tantas informações da memória de trabalho, o processamento dessas informações progressivamente substancia a imaginação e a compreensão de entes importantes – lugares, personagens, conflitos... –, mediante articulações sequenciais de representações mentais (e qualia) que subsistirão no tempo com certa estabilidade e robustez. Em cada sequência de leitura, entes variados são imaginados em quantidade, com maior ou menor granularidade, abrangendo o lugar da cena, a hora do dia, os objetos presentes, as personagens atuantes. Isso constitui quadros atencionais relativamente fugazes, em contínua mudança, mas que, em regra, comportam alguma relevância para o enredo. Por eles o leitor se torna consciente de atributos (temporários e permanentes) dos entes ficcionais e dos movimentos do enredo, que, afetivizados num nível pré-consciente, estruturarão os estados conscientes e as memórias de longo prazo motivadas pela leitura.

O que são esses estados conscientes? Graziano delimita sua definição à *awareness*, “estar ciente de” informações processadas pela atenção. Dados da atenção emergem à mente quando algo influencia a competição em favor de alguma representação de estímulo: a atenção não é a mera captação de sinais, mas uma operação de seleção e organização de sinais; quando mudam as circunstâncias, novos sinais ocupam a atenção do indivíduo. Da esquematização desses dados, então, emerge a consciência. Para Graziano, um “esquema” é um conjunto de informações que representa algo complexo de maneira simplificada, para certa finalidade: se a consciência é um esquema, é porque ela atua como descrição simplificada dos dados da atenção, em atendimento a interesses e motivações do contexto. No caso da leitura, proponho que a atenção esquematiza as informações textuais em simulações e entes imaginários que subsistem na mente do leitor de maneira mais ou menos vaga, por lapsos temporais diferentes, com saliências diferentes; a consciência então esquematiza cognitivamente alguns desses elementos, tornando o leitor deles consciente. Entes imaginários são inicialmente construídos pela articulação mental de grandes quantidades

de palavras sequenciadas, sendo articulados a outros entes imaginários na construção de ambientes, relações, conflitos. Ao tornar-se consciente da própria atenção a entes que emergem sob certas valorações – morais e afetivas, sobretudo –, o leitor imagina quadros de objetos submetidos a mudanças na passagem do tempo, quadros que ele ordenará ao interpretá-los, ao formular expectativas e previsões, ao apreciar os efeitos da passagem do tempo, ao fazer atribuições de causalidade, ao empatizar com os personagens, ao vivenciar emoções, surpresas, enações, inferências, com o prazer ou desprazer envolvido em tudo isso.

Este artigo propõe que, ao esquematizar a informação textual a partir de inputs da atividade cerebral – esquemas, memórias, pensamentos e ideias que substanciam os entes imaginários construídos pelo processamento do texto –, a atenção os afetiviza. Os dados da atenção substanciam a compreensão do texto, mas essa compreensão é afetivizada desde o início. A atenção esquematiza a massa sequencial de informação construindo os entes imaginários com os quais o leitor estabelecerá uma relação afetiva de algum tipo, tornando-se consciente dessas relações à medida que a leitura avança. Um ente ficcional é o efeito mental de um conjunto inter-relacionado de dados da atenção, dos quais o leitor se torna consciente numa relação de interesse, curiosidade, simpatia, aversão.

O texto preexiste à leitura como um conjunto material de informações; no processo atencional, modelos simplificados daquelas informações, lapidados pelo leitor, são mentalmente instanciados como entes imaginários, dotados de certas propriedades; a consciência esquematiza os dados mais salientes da atenção, conferindo-lhes valoração, ordenação, conexão causal, significado, valência afetiva, ocasionando as respostas emocionais, interpretativas, enativas que integram a experiência da leitura. Essa seria, afinal, uma descrição neurocientífica de um processo semiótico, em que – no vocabulário de Paul Kockelman² – o leitor aplica, à informação textual, esquemas mentais individualizados e culturalmente compartilhados nalguma medida. Genericamente, Kockelman chama esses esquemas de “ontologias”, correspondendo a conjuntos de pressuposições relativas à constituição subjacente do mundo e seus padrões salientes, que aplicamos continuamente à leitura do texto.

Ontologias não são estáticas, mas continuamente alteradas em nossas interações com o mundo. Elas comportam pressupostos dotados de graus variados de coerência lógica, normativa e causal. Elas podem ser aplicáveis em vários contextos, baseando-se em conceitos, teorias, experiências pessoais, conectando-se a valores morais, políticos, existenciais, à dimensão primária do afeto e da experiência corporal, às práticas e justificações de

² KOCKELMAN, P. *Agent, Person, Subject, Self: A Theory of Ontology, Interaction, and Infrastructure*. New York: Oxford University Press, 2012.

tradições e instituições. No caso da leitura, elas co-definem o significado, mas também a seleção das informações integradas na semiose, pois elas estruturam relações entre relações – as relações pessoais que o leitor estabelece com as relações que os próprios signos textuais estabelecem entre si.

Pela semiótica de Kockelman, pode-se dizer que pressupostos ontológicos estruturam e fundamentam a esquematização mental das informações textuais, orientando sua seleção, valoração e ordenação (hierárquica, sequencial, causal). Pela teoria de Graziano, seria o mesmo que dizer que a partir de pressupostos ontológicos a atenção esquematiza a informação textual em imagens e afetos relativos a índices, tipos, indivíduos, entre outras categorias pertinentes à atividade interpretativa. Ontologias motivam e autorizam interpretações sobre a natureza e a distribuição de tipos naturais e culturais, incluindo estados mentais, status sociais e substâncias materiais: ao “projetar” – verbo cujo significado Kockelman situa entre “perceber” e “atribuir” – certo índices num indivíduo, um agente, a partir de certa ontologia, pode interpretar que tipo de indivíduo ele é, tratá-lo como propenso a exibir certos índices, e passar a esperar índices afins desse indivíduo, de acordo com o tipo que lhe foi atribuído. Tais inferências podem confirmar ou alterar os tipos de ações que o agente acredita que o agente tem maior probabilidade de realizar, ou as qualidades que ele tem maior probabilidade de exibir.

Um ente ficcional tende a incluir vários tipos, impondo uma semiose abduktiva: cabe ao leitor abduzir as condições de coerência daqueles índices, que iniciam uma semiose complexa ao serem colocados em relação num único indivíduo; a atribuição de identidade a um personagem, por exemplo, emerge da articulação de índices que apelam a aspectos diferentes das ontologias semióticas do leitor. Da perspectiva deste artigo, ontologias são esquemas atencionais da leitura, pelos quais as informações textuais são construídas mentalmente como entes imaginários que estruturam o enredo e o mundo ficcional. Ontologias esquematizam os processos atencionais que estruturam a construção dos símbolos linguísticos como entes imaginários, instanciados (pelo menos vagamente) na mente do leitor no decorrer da leitura.

Se os estímulos informacionais que engendram esse processo vêm do texto, vejamos, então, como um texto de ficção se estrutura para apresentar as novidades do mundo ficcional e do enredo, através de enunciados pragmaticamente construídos para a comunicação com o leitor.

2. O texto: mundo ficcional e enredo

Iniciar a leitura é mapear um mundo inicialmente desconhecido. Pela noção de mímese, pressupõe-se a existência de um único mundo real como domínio de referência, do qual entidades ficcionais seriam derivadas); teorias

miméticas afirmam que cada elemento ficcional importante representa uma particularidade real qualquer, que lhe dá um referencial semântico; se não existe um protótipo real identificável, postula-se que o elemento ficcional representa um universo real qualquer (uma ideia, noção, valor, opinião, tema). Em contraste, aqui seguirei Lubomir Dolezel³ na rejeição a teorias desse tipo, e em sua ênfase na condição de construção dos mundos ficcionais. Dolezel rejeita o *one-world frame* porque não apenas é impossível estabelecer-se a existência objetiva de um único mundo real ao qual toda literatura faça referência, como é errado afirmar que o mundo real não abriga entes ficcionais (seria dizer que Donald Duck é menos real que Donald Trump).

Em contraste, assim como uma teoria de mundos possíveis postula que o real é cercado de outros mundos, Dolezel postula que mundos ficcionais são frutos de um trabalho criativo que produz artefatos cujas propriedades e elementos constituintes são, em princípio, independentes das propriedades, estruturas e modos de ser da realidade, possuindo status ontológico próprio: um personagem é um indivíduo possível habitando um mundo alternativo. Com isso, os componentes potenciais dos mundos ficcionais são ilimitados, sendo estruturados por requisitos de verossimilhança, veracidade ou plausibilidade internos. É certo que, ao criar um mundo, o autor toma como base elementos do real – tipos, categorias, estruturas, fatos culturais –, mas ele os adapta e os combina para as finalidades da sua própria construção. Uma vez construídos, mundos ficcionais se apresentam como universos moldados por restrições globais específicas, que contêm um número finito de ações possíveis e indivíduos compostíveis.

Falamos aqui de mundos narrativos, em que o enredo é um elemento definidor. Cada mundo integra objetos estáticos, com propriedades estáveis, além de personagens dotados de vida mental e capacidade de ação. Personagens em interação produzem eventos (transformações de estado, num determinado tempo), através de ações, acidentes, tentativas, omissões, falhas, impulsos. Dolezel é detalhista na descrição dos componentes de mundos ficcionais, propondo que eles são organizados pela “seleção” e pela “operação formativa” dos seus elementos: a primeira determina os entes que integrarão o mundo construído, além da sua distribuição, combinação e ordenação; a segunda estabelece o regime de modalidades que estruturará as relações entre eles, indicando possibilidades e restrições (globais ou pessoais) internas ao mundo, que estruturarão o enredo. De especial interesse, para a nossa discussão, é a sua caracterização das modalidades narrativas

Há quatro tipos principais de modalidade. Restrições aléticas ditam o que é “possível”, “impossível” e “necessário”. Elas determinam condições de casualidade, tempo-espaco, capacidade de ação dos personagens, seguindo

³ DOLEZEL, L. *Heterocosmica: Fiction and Possible Worlds*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press. 1998.

ou não as leis físicas do mundo real (pois mundos ficcionais podem ter elementos fisicamente impossíveis, mágicos, sobrenaturais). Esse operador regula os níveis físico, instrumental e mental, e suas restrições podem estruturar o mundo como um todo ou variar em cada personagem, as condições de existência e a ação de entes ficcionais podem ser limitadas pela composição global do mundo, ou/e por suas dotações individuais.

Restrições deônticas determinam o que é proibido, permitido e obrigatório; restrições axiológicas determinam o que é valorizado e desvalorizado no mundo ficcional: ambas também podem se aplicar à totalidade do mundo ficcional, ou variar de acordo com o agente. Por fim, modalidades epistêmicas regulam a distribuição desigual de conhecimento entre os personagens, regulando aquilo que passará por mentira, rumor, erro, indicando a extensão do conhecimento – e, por extensão, as intenções – de cada personagem.

Em linha com Dolezel, Marie-Laure Ryan⁴ entende que um regime de modalidades determina a composição do enredo ficcional, que será motivado por discrepâncias e conflitos entre o mundo real textual e os mundos privados dos personagens – seus “mundos do conhecimento” (traduzidos em conhecimento, crença e ignorância, formando um sistema de proposições conhecidas, aceitas e ignoradas, que estabelecem, para cada personagem, um domínio prospectivo, estipulando desdobramentos possíveis a partir da situação atual), seus “mundos das obrigações” (seus compromissos e proibições definidos por regras sociais e princípios morais, especificando as ações como permitidas, obrigatórias e proibidas), seus “mundos dos desejos” (aquilo que é “bom”, “mau” ou “neutro”), seus “mundos fingidos” (de personagens que enganam os outros ou a si mesmos), seus “mundos de fantasia” (sonhos, alucinações, ilusões). O enredo começa quando as relações entre os mundos entram em conflito e as personagens tentam alterá-las – para eles o jogo narrativo é o jogo da vida, que os motiva é fazer que o mundo real textual coincida com seus mundos privados. Para que o enredo inicie, deve haver algum conflito que faça com que os mundos do universo narrativo choquem-se ou se intersectem de alguma maneira, impelindo os personagens à ação.

O primeiro nível de conflito se dá entre o mundo real textual e um dos mundos de um domínio privado. Conflitos também podem ocorrer entre mundos de um mesmo domínio privado, dentro de um mesmo mundo privado, entre os mundos privados de diferentes personagens – mas todos pressupõem um conflito básico com o mundo real textual. Os conflitos mais frequentes envolvem o mundo real textual e os mundos de desejo das personagens (quando o desejo de um agente não é satisfeito no mundo

⁴ RYAN, M. *Possible Worlds, Artificial Intelligence, and Narrative Theory*. Indiana: University Bloomington & Indianapolis Press, 1991.

real textual). Conflitos do mundo das obrigações ocorrem quando uma personagem se vê em “dívida moral”; no domínio epistêmico, o conflito envolve erro ou mistério. Se o conflito ocorre dentro do domínio da própria personagem, a satisfação de um mundo exige a não satisfação de outro, devido a uma incoerência interna (desejos contraditórios, fidelidade a regras incompatíveis...), ou porque as personagens são incapazes de delinear as fronteiras dos próprios mundos (quando seus mundos privados são instáveis e problemáticos). Conflitos entre os mundos privados de diferentes personagens ocorrem quando a realização de um mundo privado exige a não satisfação de um mundo no domínio de outra personagem. Todos esses conflitos podem existir objetivamente, ou serem criados por um conflito epistêmico (quando alguém imagina um conflito inexistente).

Para os objetivos deste artigo, interessa notar que quase todos os elementos mais importantes que integram e estruturam um mundo ficcional passarão a ser conhecidos apenas durante a leitura. Pela teoria de Graziano, é preciso que o leitor adquira consciência – que ele se torne consciente da atenção que ele mesmo presta – dos elementos que substanciarão uma experiência de leitura, que, dirigida a conflitos e à apreciação do seu desenvolvimento, envolverá juízos morais mais ou menos complexos e salientes, que podem sugerir vínculos de empatia pelos protagonistas – uma manifestação potencialmente importante da afetivização da leitura. Vejamos agora como o texto que apresenta o mundo é construído para se comunicar com o leitor, ocupando-se de instruí-lo a acompanhar a estória contada.

3. O texto: *pragmática da comunicação*

O mundo ficcional é apresentado ao leitor através dos enunciados de narradores e personagens. São enunciados provenientes de fontes ficcionais, mas que, pelos pressupostos da pragmática linguística, são processados tal como processamos enunciados de fontes reais. As intenções de comunicação de personagens e narradores têm várias funções, que podem ser compreendidas como estratégias autorais de orientação dos processos atencionais e dos estados conscientes do leitor – um leitor em cuja mentes imaginários se formarão pela semiose dos símbolos linguísticos, processo mediado por esquemas mentais que ele terá formado em sua experiência de vida e em seu conhecimento da literatura.

Começamos pelo sumário, proposto por Culpeper e Fernandez-Quintanilla⁵, sobre a pragmática da construção textual dos personagens. No texto,

⁵ CULPEPER, J., FERNANDEZ-QUINTANILLA, C. Fictional characterisation. In: LOCHER, M. A., JUCKER, A. H (Eds.). *Pragmatics of Fiction*. Berlin: De Gruyter Mouton, 2017, p. 93-128.

três elementos estruturam sua caracterização: os aportes do narrador, a apresentação do personagem por si mesmo ou por outros personagens, e índices textuais explícitos ou implícitos. O leitor em parte os interpreta a partir do seu conhecimento de pessoas reais, mas suas características não podem ser inferidas da mesma maneira. Os comportamentos dos personagens fictícios são completos: pessoas reais seguem vivendo além dos nossos encontros com elas, mas um texto nos dá acesso a todo o conjunto comportamental existente daquele personagem, que substanciará nossas inferências a seu respeito. Os comportamentos dos personagens também têm maior significado: em relação ao comportamento de pessoas reais, pressupomos que há ocasiões em que elas agem de maneira consistente com suas personalidades e disposições típicas, e outras em que seu comportamento é motivado pelas condições do contexto; quanto aos personagens, se todo comportamento é um ato ostensivo de comunicação com o leitor e, como tal, “comunica o pressuposto da sua própria relevância”, isso motiva o leitor a presumir que todo comportamento será significativo, revelando traços de personalidade. Com isso, mais esforço interpretativo é dedicado aos comportamentos de personagens ficcionais, cujas ações são sempre interpretadas como relevantes para a sua caracterização.

Diálogos e falas também colaboram para sugerir “estilo mental” e “visão de mundo”: a visão de mundo designa as representações mentais mais recorrentes da realidade que o personagem habita, enquanto o estilo mental agrupa os traços típicos dos seus processos mentais em geral, incluindo pensamentos, memórias, intenções, desejos, avaliações, sentimentos, emoções. Deve-se apenas notar que nem sempre é fácil distinguir o estilo mental da visão de mundo, pois o estado psicológico de um personagem geralmente influencia sua visão de mundo (e vice-versa).

No processamento *top-down* da informação textual o leitor emprega “esquemas sociais” adquiridos na sua experiência de vida, que sintetizam conhecimento sobre o mundo, eventos, pessoas e ações. Os autores recorrem a tais esquemas na composição do texto – inclusive ao manipulá-los para efeitos imprevistos –, esperando que os leitores façam inferências sobre os personagens a partir de esquemas que os autores esperam que eles possuam. Isso permite economia de expressão, pois os autores apelam às capacidades de inferência dos leitores para comunicar informação não codificada no texto. O mesmo vale para esquemas de personagens que o leitor estabiliza em sua experiência de leitura da ficção, que permitem o mesmo tipo de manipulação autoral de expectativas e de economia de expressão textual. (Vale indicar que, quando o leitor encontra informações que não se enquadram em nenhum esquema específico, ele pode acessar um subesquema, recategorizar a informação, ou combinar de maneira ad hoc certas porções de informação – potencialmente desenvolvendo um novo esquema, diante de uma novidade que assim o estimule.)

A respeito das funções dos diálogos e das falas dos narradores, Bednarek⁶ reitera que também eles são feitos para o leitor, atuando para situar os personagens na história, indicar regimes modais, comunicar relações de causalidade, encenar eventos, guiar juízos, orientar a atenção para elementos do enredo, guiar a interpretação, fazer revelações sobre os personagens, aderir a convenções de gênero. Além de estruturar a continuidade da narrativa, diálogos podem ter funções estéticas e de persuasão ideológica, explorar o humor, a ironia, a inovação linguística, a intertextualidade, o comentário, a alegoria. Em especial, eles indicam posturas avaliativas, epistêmicas e afetivas de narradores e personagens, diante de elementos pontuais do enredo ou como estilo mental próprio.

Especificamente em relação à postura (*stance*), Landert⁷ indica que ela pode ser expressada através de expressões avaliativas, epistêmicas e afetivas, que influenciam como a história é percebida e avaliada. Na comunicação entre personagens, expressões de postura caracterizam as relações entre eles: eles avaliam uns a outros e se autoavaliam, às vezes de forma implícita (por exemplo, pela sugestão de traços psicológicos permanentes ou momentâneos). Posturas avaliativas indicam o que se considera bom ou ruim, desejável, belo, correto ou apropriado; posturas afetivas expressam emoções (através de verbos, adjetivos e advérbios); posturas epistêmicas tratam do grau de certeza ou confiabilidade da informação (em expressões como “certamente”, “duvido”). Por elas o texto orienta o leitor a compreender os enquadramentos valorativos que narradores e personagens conferem às coisas, o que pode acontecer de forma implícita (através de gestos, expressões faciais, posturas corporais), meios paralinguísticos (tom, intensidade e duração da fala, uso de fontes especiais e letras maiúsculas), ou com o suporte do contexto (toda uma passagem textual pode sugerir sistemas de valores em relação aos seus conteúdos, especialmente mediante o apelo a noções culturais difusas para valorar implicitamente o tema).

Por fim, seguindo Langlotz⁸, falemos da representação textual de emoções. Como tudo mais, ela tem comunicativa, colaborando para caracterizar personagens, contextos e situações, devendo ser compreendida a partir do conhecimento desenvolvido sobre o mundo ficcional e o contexto do enredo – que, em conjunto, indicam a relevância daquela manifestação emocional para aquela personagem, naquele momento. Em regra, no discurso ficcional as emoções são reações a elementos externos: escritores tipicamente as constroem como reações causadas por estímulos que as explicam, e que são posicionados para capturar a atenção do leitor. São

⁶ BEDNAREK M. The role of dialogue in fiction. In: LOCHER, M. A., JUCKER, A. H (Eds.). *Pragmatics of Fiction*. Berlin: De Gruyter Mouton, 2017, p. 129-158.

⁷ LANDERT, D. Stance in fiction. In: LOCHER, M. A., JUCKER, A. H (Eds.). *Pragmatics of Fiction*. Berlin: De Gruyter Mouton, 2017, p. 489-514.

⁸ LANGLOTZ, A. Language and emotion in fiction. In: LOCHER, M. A., JUCKER, A. H (Eds.). *Pragmatics of Fiction*. Berlin: De Gruyter Mouton, 2017, p. 515-552.

quase sempre emoções avaliativas, envolvendo algum processo cognitivo que envolve os objetivos do agente numa situação que tem, para ele, certa relevância. Representações textuais de emoções ficcionais costumam enfatizar alterações fisiológicas e corpóreas dos personagens, sugerindo suas tendências de ação, reação e expressão. Elas também exploram como emoções podem ser reguladas pelos personagens, sob motivações pertinentes ao enredo e parâmetros determinados pelas modalidades narrativas.

Em suma, representações de emoções são importantes na indexação das posturas dos personagens em relação a outros personagens, aos objetos de interação e às situações do enredo. Elas podem ser descritas, enunciadas ou expressas pela linguagem emotiva: o corpo as comunica por expressões faciais, gestos, ações; a prosódia e o ritmo da fala as comunicam pela duração da fala, modulação da voz, repetição de vocábulos. O léxico as comunica através de palavras de emoção, conotações, termos expressivos (como interjeições e palavrões); metáforas, proposições emocionais, implicações emocionais e proposições. Bednarek⁹ observa que essas representações pressupõem que os leitores estejam ao menos vagamente conscientes dos componentes do processo emocional representado, e possuam esquemas de conhecimento sobre emoções específicas. Esses recursos cognitivos envolvem: 1) o tipo de avaliação cognitiva tipicamente associada a uma emoção; 2) eventos antecedentes prototípicos e potenciais (gatilhos) que tipicamente causam uma emoção específica; 3) expressões psicofisiológicas tipicamente causadas por uma emoção específica; 4) expressões de prontidão para ação; 5) ações subsequentes típica ou potencialmente causadas por certa emoção. São elementos cultural e historicamente específicos da *folk psychology* que leitores utilizam ao interpretar emoções na ficção. Ao mesmo tempo, a variação estilística na representação ficcional das emoções revela a diversidade linguística com que o domínio da emoção é mapeado por diferentes autores, em diferentes períodos e gêneros, em linha com ideologias de representação e de expressão emocional atuantes – normas sociais de exibição, sentimento e interpretação das emoções.

Assim são construídos os enunciados pelos quais o texto se comunica com o leitor – busquemos entender, então, como o leitor os afetiviza.

4. A leitura: afetivização dos conteúdos textuais

Ao passarmos à afetivização da leitura, as proposições sobre a “mente emocional” de Asma e Gabriel¹⁰ permitem entender como ela começa de

⁹ BEDNAREK, M. *Emotion Talk Across Corpora*. New York: Palgrave MacMillan, 2008.

¹⁰ ASMA, S. T., GABRIEL, R. *The Emotional Mind. The affective roots of culture and cognition*. Boston: Harvard University Press, 2019.

maneira infraconsciente, apenas ocasionalmente gerando efeitos emocionais conscientes. Resumo os pontos principais da teoria, para as nossas finalidades.

Asma e Gabriel entendem que emoções culturalizadas evoluíram de emoções básicas, definidas como estados neurofisiológicos que acompanham a relação entre o organismo e o ambiente, numa forma primária de senciência – um sentimento corporal de fundo que atua como núcleo intencional do organismo, orientando seus estados conativos (i.e. sua busca de satisfação ou melhoria do próprio bem-estar). Afetos estão num nível funcional básico, anterior a processos cognitivos e comportamentais, mas exercendo poderes causais sobre a motivação comportamental e a atenção: a valência afetiva codetermina o conteúdo dos processos mentais ao atuar como sinal interno que manifesta fenomenicamente certas necessidades corporais, produzindo certa sensação corporal de fundo, certa tendência de resposta e recompensa, certo afeto central ou/e emoção inconsciente.

Essa atividade afetiva elementar faz com que a mente seja saturada de sentimentos. Percepções e pensamentos têm quase sempre alguma valência emocional, gerando algum grau de atração ou repulsa. Sentimentos e afetos fornecem molduras semânticas elementares para a experiência corporificada do mundo: parte substancial da experiência corpórea não produz significados e os significados que dela emergem raramente estabelecem correspondência entre um signo e um referente, mas sim de uma relação afetivizada com o ambiente físico, com a interação social e os artefatos culturais. Emoções de nível secundário incluem emoções sociais, moldadas pela aprendizagem e condicionamento social, mas mesmo elas são em grande parte inconscientes: antes de a mente se relacionar de maneira proposicional com o mundo, o cérebro mapeia e atribui valores afetivos a informações externas e internas ao corpo, mediante o recurso a marcadores somáticos e representações “pushmipullyu” (ao mesmo tempo descritivas e diretivas, descrevendo o que é o caso e indicando o que deve ser feito). São representações que descrevem estados do mundo ao mesmo tempo em que orientam a ação no mundo, fornecendo um tipo elementar de enquadramento, semântico e normativo, ao conhecimento e à experiência. Sua atuação é anterior à produção de conteúdos proposicionais na experiência, que pode assim ser afetivizada, de maneira semantizada, num nível pré-consciente: não precisamos representar de maneira proposicional o incômodo com um comportamento social para nos incomodarmos com ele e afetivizarmos sua experiência.

Por fim, emoções de processamento terciário são entrelaçadas a capacidades cognitivas superiores. Ruminações e pensamentos são sustentados pela linguagem, pelo controle executivo e pelo planejamento do futuro – mas seguem motivados e energizados por emoções de nível inferior. Para Asma e Gabriel, emoções ocupam um meio-termo entre reações instintivas

e juízos deliberativos: uma emoção costuma ter um objeto e assumir uma posição avaliativa em relação a ele, mas não é uma forma proposicional de avaliação, e sim uma avaliação primordial situada nalgum ponto entre a aproximação e a rejeição. O significado dessa avaliação não é estabelecido pela correspondência a um referente: seu objeto pode ser um conteúdo não conceitual; não devemos confundir avaliação com representação (como uma crença ou julgamento). Mas afetos desempenham um papel importante na estrutura semântica de muitas representações, integrando a linguagem analógica e o pensamento proposicional – pois afetos permeiam os conceitos linguísticos, que não são formas platônicas desencarnadas, mas representações corporificadas que nos ajudam a navegar no ambiente. A suma da proposição de Asma e Gabriel é que categorias sem afetos são vazias; afetos sem categorias são cegos: certa organização categorial avaliativa está implicada nas emoções e, ao mesmo tempo, emoções estão implicadas na avaliação das categorias da experiência.

Representações linguísticas dissociam impulsos emocionais dos seus objetivos e objetos usuais, mobilizando-os para funções *off line*. Com a linguagem, temos um sistema para explorar analogicamente os afetos, um léxico de contrafactuais que conduz interações entre falantes e ouvintes. Na linguagem o afeto é dissociado das suas funções de nível primário e secundário, substanciando nosso domínio cognitivo de símbolos e conceitos, nossa capacidade de simulação e cognição. Mas a representação linguística permanece aninhada nos sistemas cerebrais afetivos: ao invés de affordances comportamentais perceptivas em tempo real, temos simulações marcadas pela valência. Se o afeto pôde ser assim dissociado, é porque, como impulso motivacional conativo, ele é anterior – e permanece funcional – em capacidades cognitivas superiores; um grau substancial de afeto colore as nossas palavras. Elas expandem nossas possibilidades de simulação, involuntária ou dirigida, mas permaneceram aninhadas em processos cerebrais preexistentes. Emoções morais, por exemplo, teriam sido desenvolvidas como modo de regulação das relações sociais – incluindo as reações às normas sociais, compreendidas como formas de gestão dos afetos nas formas regulares de convívio interpessoal. São emoções, portanto, que motivam a associação entre conceitos morais e emoções morais, compreendidas como domesticações (de níveis secundário e terciário) de afetos de nível primário (levando ao “embaraço”, “angústia”, orgulho”, e assim por diante). A influência modeladora aqui não vem apenas da deliberação racional da razão instrumental, mas do contexto cultural, através de mecanismos de habituação.

Para os nossos interesses, Asma e Gabriel explicam a afetivização da leitura pelo processamento de uma composição linguística construída pela manipulação de símbolos afetivizados, para a produção de uma afetivização que se inicia no processamento atencional do texto, antes de estruturar os estados conscientes do leitor. Passando ao plano da consciência, falemos agora da *folk psychology*, compreendida como um esquema de estruturação

dos dados da atenção que, de maneira geral, é central para as relações de conhecimento e afetivização que o leitor estabelece com o texto.

5. Passagem à consciência: *folk psychology*

A semiose dos conteúdos textuais é imediatamente afetivizada, portanto. Um esquema fundamental na imaginação afetivizada de conteúdos ficcionais é a *folk psychology*, que, mobilizada para a interpretação dos estados mentais dos personagens, torna o leitor consciente de elementos importantes do enredo, determinando como ele os acompanhará durante a leitura.

Hutto¹¹ entende que, no uso da *folk psychology*, damos sentido a ações intencionais alheias buscando entender por que elas foram realizadas daquela maneira, naquele contexto, mediante uma relação entre crenças e desejos atribuídos ao agente. Podemos dar sentido a ações usando apenas um esquema de crença e desejo: se entendermos, de maneira geral, como atitudes proposicionais se relacionam, basta identificarmos uma associação entre uma crença e um desejo com conteúdos proposicionais próprios, para entendermos, de maneira esquemática, por que alguém agiu de certa maneira numa certa situação. E, no entanto, para realmente entendermos uma ação é preciso uma descrição melhor da personalidade do agente, das suas circunstâncias de vida e da sua história pessoal – é preciso “conhecê-lo melhor”, algo que a ficção narrativa se notabiliza por proporcionar ao leitor.

Hutto acredita que a “folk psychology” não é tão básica como se acredita, e que seu papel na cognição social é muitas vezes exagerado. Em coordenações e interações sociais, usamos padrões de reconhecimento e resposta que geram “expectativas corporificadas”, maneiras rápidas e confiáveis de navegar na dinâmica social: nossos encontros rotineiros com outras pessoas costumam ocorrer em situações em que os papéis e as regras sociais são bem estabelecidos, sem a necessidade de nos entendermos pelo esquema crença-desejo. Há ocasiões, porém, em que ações clamam por explicações que só podem ser formuladas num contexto mais amplo, uma “narrativa psicológica popular” que explicará seus motivos aplicando a estrutura de crença e desejo. A folk psychology seria, na essência, um tipo de prática narrativa, cujo exercício demanda uma compreensão prática das atitudes proposicionais, a capacidade de representar os objetos dessas atitudes (com seus conteúdos proposicionais específicos), uma compreensão dos princípios que regem a interação das atitudes entre si e com outros fatores

¹¹ HUTTO, D. The Narrative Practice Hypothesis: Origins and Applications of Folk Psychology. In: HUTTO, D. (Org.). *Narrative and Understanding Persons*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 43-68.

psicológicos importantes, a capacidade de aplicar esses itens ajustando as diferenças relevantes em casos particulares, levando variáveis em conta.

Hutto entende que o envolvimento com narrativas ficcionais, na infância, nos ensina essas habilidades, mas discutir o aprendizado da *folk psychology* não é decisivo para este artigo. Importa entender seu uso: compreender desejos e crenças conjuntamente não equivale a compreender razões; é uma condição necessária, mas não suficiente. Compreender uma ação exige atribuir estados mentais complexos, identificando crença e desejo com conteúdos interligados e identificando atitudes relevantes na sua motivação, a partir de uma compreensão prática das regras que regulam socialmente a ação humana naquele contexto histórico-cultural específico – normas que regem a interação entre atitudes proposicionais tais como objetivos, desejos, pensamentos, crenças.

Essas normas não constituem conjuntos de princípios ou regras estáveis, e por isso, no uso da *folk psychology*, uma ampla gama de habilidades emotivas e imaginativas é colocada em ação. Na leitura como na vida real, é preciso, em algum grau, identificar-se imaginativamente com os personagens, respondendo a eles de forma emotiva. É preciso prestar atenção em seus pensamentos, desejos e sentimentos, para formularmos explicações para as suas ações. É preciso estabelecer relações entre suas psicologias e atitudes proposicionais, identificando como elas se relacionam: em nada disso não há regras claras a seguir, mas apenas tendências que se mostram recorrentes em nosso aprendizado da explicação psicológica. Em cada circunstância variam, ademais, as particularidades daquilo que os personagens acreditam e desejam, variam as suas atitudes, entre outros elementos que podem influenciar uma ação ou comportamento. É importante apoiar-se num modelo estrutural de meios e fins, de atitudes, crenças e desejos proposicionais, de papéis desempenhados por predicados mentais, mas seus elementos devem ser ajustados em cada caso específico. Para entender a ação de alguém, precisamos de uma descrição da sua psicologia, caráter, história e circunstâncias de vida, elementos que narrativas ficcionais exploram com intensidade. Pela própria descrição de Hutto, elas não trazem descrições simples de crenças e desejos de agentes racionais idealizados, mas aventuras de pessoas contextualmente situadas em cenários em que os fatores necessários para a compreensão dos motivos são descritos. Seus agentes têm um perfil psicológico próprio, com atitudes psicológicas, tendências habituais e traços de personalidade que permitem interpretar suas ações intencionais pela identificação de detalhes relevantes e ajustes contextualmente necessários.

Fundamentando-se em teorias evolutivas da *folk psychology* – à diferença de Hutto –, Lisa Zunshine¹² analisou suas implicações para a leitura e

¹² ZUNSHINE, L. *Why We Read Fiction: Theory of Mind and the Novel*. New York: Oxford University Press, 2015.

a escrita da ficção. De saída ela indica que precisamos de muito pouco estímulo textual para atribuímos atividade mental a um personagem de ficção, pois qualquer indicação de que estamos a lidar com um ente capaz de ação autoiniciada nos leva a presumir que ele possui pensamentos, sentimentos e desejos que podemos interpretar. Escritores exploram essa nossa prontidão a postular uma mente em operação ao observarmos um certo comportamento, a presumir certa atividade mental por detrás da ação e da fala de um personagem, e a interpretar sua mente mesmo com poucas pistas disponíveis, para nos informar sobre os personagens estimulando nossa inferência de conteúdos não codificados no texto (o que novamente lhe permite economia de expressão).

A *folk psychology* permite, além disso, que o autor explore e que o leitor mapeie múltiplos níveis de intencionalidade presentes numa narrativa. Níveis de intencionalidade costumam situar-se em três níveis (“Eu sei que você sabe que eu sei”), ou até mesmo quatro (“Eu acredito que você pensa que ela acredita que ele pensa...”), mas costuma ser difícil processar tramas que envolvam *mind reading* além desse nível. Nem sempre é difícil processar sequências causais longas, como “A levou a B, que resultou em C, que causou D, que levou a E, que possibilitou F, que levou a G” – mas é difícil processar uma sequência longa que exija a atribuição de estados mentais aos elementos em articulação, como, no exemplo de Zunshine, “A quer que B acredite que C pensa que D queria que E considerasse os sentimentos de F sobre G”. O processamento é mais fácil se o narrador fornecer interpretações do estado mental de cada personagem, mas quanto mais o leitor tiver que inferir por conta própria – se a indexação vier através de expressões faciais e movimentos corporais, por exemplo –, mais complicado será o acompanhamento. Em todo caso, a *folk psychology* possibilita a metarrepresentação: não apenas identificamos o conteúdo da atividade mental do personagem, mas especificamos a fonte das suas representações, impedindo que elas circulem livremente no nosso sistema cognitivo. A capacidade de armazenar as fontes das representações estrutura nossa interação com os textos: enquanto a *folk psychology* permite investir as personagens de pensamentos, desejos, intenções e sentimentos, que funcionam como esquemas para mapear seus estados sucessivos e prever seus comportamentos (corretamente ou não), nossa capacidade metarrepresentacional permite-nos discriminar entre as informações que nos chegam pelo *mind reading*, atribuindo valores de verdade diferentes a representações de fontes diferentes. Esse monitoramento das fontes estrutura nossa gestão da informação textual.

Todo texto ficcional faz experimentos com nossa *folk psychology* e nossa capacidade metarrepresentacional. Ambos os processos são imediatamente afetivizados: intenções, motivações e pensamentos, relativos a fatos, processos e eventos relevantes para agentes com os quais o leitor estabelece relações de interesse, terão uma valência afetiva relativamente saliente para

esse leitor. Essa valência será particularmente motivada pela valência moral que o leitor atribuir a certos traços de personalidade do personagem e às motivações das suas ações. Ao juízo moral passamos agora.

6. *Passagem à consciência: moralização*

Um dos esquemas fundamentais para a afetivização da leitura é a avaliação moral dos conteúdos textuais. Jonathan Haidt¹³ propõe que ela pode ocorrer sem reflexão consciente, o que permite situá-la num nível elementar de afetivização da leitura, coextensivo à experiência do texto. Ele propõe que a mente humana é evolutivamente predisposta ao enquadramento moral das ações próprias e alheias; a moralidade nos é inata, como um conjunto de intuições evolutivas. Devemos sempre aprender, porém, a aplicar essas intuições de acordo com convenções da cultura: somos naturalmente propensos à moralização, mas (como em Hutto) temos de aprender que tipos de avaliações “pessoas como nós” devem fazer. Para os interesses deste artigo, importa ressaltar que, no juízo moral, intuições antecedem o pensamento.

Em Haidt, a palavra “intuição” descreve os juízos e decisões morais que fazemos rapidamente todos os dias, compondo o modo principal de manifestação da moralidade. Muitas vezes esse juízo é emocionalizado, caso em que emoções se comportam como processamento da informação (tornando o juízo moral um processo cognitivo). Mas a maioria das intuições morais não se elevam ao nível das emoções, manifestando-se como intuições morais que surgem antes do pensamento moral, e que tendem a orientá-lo como construção *post hoc*: o pensamento moral não busca a verdade, mas dar suporte a reações emocionais; as pessoas julgam de maneira rápida e emocional, enquanto a reflexão busca razões para justificar juízos já feitos. A razão procura a justificação, não a verdade, juntamente com a expectativa de que seremos recompensados ou punidos pela maneira como nos justificamos (as pressões da responsabilização aumentam o pensamento confirmatório; as pessoas esforçam-se mais para parecerem corretas do que para estarem corretas). Se a intuição tem primazia na moralização dos conteúdos textuais, que assim pode ocorrer sem recurso ao juízo consciente, o afeto é uma das suas manifestações, nos pequenos lampejos de sentimentos positivos ou negativos que nos atraem ou afastam das coisas, mas que são fugazes demais para serem chamados de emoções.

Como esses afetos acontecem? Haidt propõe que intuições, afetos e juízos baseiam-se em seis fundamentos da mente moral: cuidado, justiça,

¹³ HAIDT, J. *The righteous mind: why good people are divided by politics and religion*. Nova York: Pantheon, 2012.

lealdade, autoridade, santidade e liberdade. Esses fundamentos formam dualidades, em polos negativo-positivo: cuidado-maltrato (de abrangência universal, ou dirigido a membros do grupo); equidade-trapaça (como justiça social ou proporcionalidade); lealdade-traição (para identificar os traidores do grupo, especialmente em contextos de competição entre grupos); autoridade-subversão (incluindo o poder e o respeito a tradições, instituições ou valores aos quais se atribui a promoção da estabilidade); santidade-degradação (relativo a coisas consideradas “intocáveis”, por serem tão sujas que queremos manter-nos afastados, ou tão sagradas que devemos protegê-las da profanação); liberdade-opressão (como proteção contra indivíduos que almejavam dominar os demais). Sistemas morais são formados a partir dessas dualidades, constituindo conjuntos interligados de valores, virtudes, normas, práticas, identidades, instituições e mecanismos psicológicos que trabalham para suprimir ou regular o interesse próprio e viabilizar a cooperação humana.

A integração de um leitor ou uma obra a um sistema moral formalizado pode condicionar a afetivização da leitura, mas não lhe é indispensável: as seis dualidades são básicas, estruturando os afetos morais durante a leitura do texto sem necessariamente ativar a consciência do leitor – mas ativando-a em momentos decisivos, ao longo da leitura. Desse modo, afetivização e moralização se entrelaçam na relação do leitor com o mundo ficcional, estruturando sua relação com o texto. Passemos finalmente ao corpo, identificando seu lugar nessa discussão.

7. *Passagem à consciência: enação*

Uma estória pode provocar reações emocionais; pode transportar para lugares imaginários; pode convidar a reconsiderar crenças e valores enraizados. Segundo Marco Caracciolo¹⁴, estes aspectos do envolvimento do leitor não podem ser entendidos em termos representacionais, pois são irreduzivelmente experienciais: têm uma “sensação” qualitativa e envolvem um elemento de avaliação que é, em parte, desprovido de conteúdo proposicional.

Pela sua proposição, mesmo que narrativas de ficção sejam representacionais no sentido semiótico e cognitivo, a experiência dos leitores não pode ser reduzida às representações mentais geradas pela leitura. A dinâmica complexa pela qual eles reagem às estórias envolve representações mentais, mas não é completamente representacional, pois o

¹⁴ CARACCIOLO, M. *The Experientiality of Narrative. An Enactivist Approach*. Boston: De Gruyter, 2014.